

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRÉIA PEREIRA DOS SANTOS

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESEMPENHO DA GESTÃO EMPRESARIAL

MONTEIRO/PB 2016

ANDRÉIA PEREIRA DOS SANTOS

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESEMPENHO DA GESTÃO EMPRESARIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Me. Gilberto Franco de Lima Júnior É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S231a Santos, Andréia Pereira dos.

Análise econômico-financeira e a sua contribuição para o desempenho da gestão empresarial [manuscrito] / Andréia Pereira dos Santos. - 2016.

68 p.: il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2016.

"Orientação: Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Júnior, Departamento de Ciências Contábeis".

1. Análise de balanço. 2. Gestão empresarial. 3. Índice de Rentabilidade. I. Título.

21. ed. CDD 658.1512

ANDRÉIA PEREIRA DOS SANTOS

Análise Econômico-Financeira e a sua Contribuição para o Desempenho da Gestão Empresarial

Monografia apresentada à academia para conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis no Centro de Ciências Humanas e Exatas, Poeta Pinto do Monteiro, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Orientador: Prof. Ms. Gilberto Franco de Lima Júnior. .

Aprovado em $2 + de _0$	de <u>2016</u>
BANCA EXAMINADORA:	
Ms. Gilberto Franco da Silva Junior (Orienta Universidade Estadual da Paraíba (UEPI	
Wilfon Allxandre de	relo.
Esp. Wilton Alexandre de Melo (Membro In Universidade Estadual da Paraíba (UEP	terno)

MONTEIRO 2016

Esp. Mauricéia Carvalho Nascimento (UEPB). Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus avós maternos, Lídio José dos Santos e Julia Pereira dos Santos, a minha mãe Maria Aparecida Pereira dos Santos, três pessoas, essenciais em minha vida que sempre me incentivam na realização de meus ideais e me apoiaram com extrema compreensão ao longo da minha caminhada acadêmica. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela dádiva da vida e por ter me ajudado a manter a fé nos momentos mais difíceis.

Aos meus avós maternos Julia e Lídio, de modo especial, a minha avó Julia Pereira dos Santos que sempre me incentivou e me deu forças para continuar o curso, com cuidado e carinho que somente os verdadeiros amigos, companheiros e confidentes são capazes de oferecer.

Vocês são os meus heróis, Lídio e Julia. Hoje vocês sorriem orgulhosos e choram emocionados, porque se doaram inteiramente para que eu pudesse realizar o meu sonho. Agradeço infinitamente a vocês por compartilharem comigo os meus ideais e os alimentaram, incentivando a prosseguir na jornada, mostrando que os obstáculos devem ser vencidos. A minha gratidão vai além de meus sentimentos, pois vocês cumpriram o dom divino de serem mais que avôs, sendo pai e mãe.

Agradeço também a minha mãe Maria Aparecida pelo carinho e dedicação nos momentos vividos juntos, pelas lutas e conquistas, enfim, pelo dom de ser essa mãe companheira e acolhedora. Muito obrigada!

Obrigada aos meus irmãos Fábio e Fabrício que nos momentos de minha ausência dedicados aos estudos, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação do presente! Em fim obrigada aos tios, tias, primos e primas pela contribuição valiosa.

Ao meu orientador Me. Prof. Gilberto Franco de Lima Júnior que com muita paciência me ajudou á concluir este trabalho. Agradeço também aos demais mestres da casa que estiveram comigo ao longo dessa etapa. E, aos membros da banca examinadora que prontamente aceitaram fazer parte desse momento tão importante para mim.

A todos os amigos e amigas, Maristela Gomes e em especial a uma grande amiga Flávia Raquel Martins, que esteve sempre ao meu lado me ajudando quando eu mais precisei, a todos os demais que acreditaram em mim e no meu potencial. As alegrias que colho hoje também são de vocês, pois o amor de cada um, o estímulo e o carinho foram o combustível da minha vitória.

Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende.

Leonardo da Vinci (1452-1519)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central debater de maneira conceitual sobre a importância da análise de balanço para os grupos empresariais. Desse modo, esta pesquisa justifica-se, por contribuir para o âmbito acadêmico com uma visão diferenciada acerca do tema, ampliando o material teórico, que poderá ser utilizado a fim de desenvolver estudos e pesquisas futuras, estimular o aprofundamento sobre assuntos relacionados ao tema e demais vertentes científicas que possam originar-se a partir do interesse por este. Na elaboração da pesquisa, foi desenvolvido um estudo a partir do método fenomenológico. Quanto à metodologia adotada, esta pesquisa é delineada como exploratório-descritiva, de natureza qualitativa. A pesquisa foi desenvolvida através de um estudo bibliográfico. De modo geral, a partir da relevância desta pesquisa para o meio acadêmico e o meio empresarial, entende-se que este trabalho cumpriu o seu desfecho, ao discutir conceitualmente a respeito da análise econômico-financeira de maneira sucinta e objetiva. O trabalho mostrou a utilização de ferramentas de análise financeira e as suas contribuições para a melhora da gestão empresarial; discutiu sobre a necessidade de evidenciação das informações e a sua interpretação como auxílio na tomada de decisão; e assim, promoveu a divulgação de um tema valioso para o crescimento das discussões na área contábil.

Palavras-chave: Contabilidade. Gestão Empresarial. Econômico-Financeira.

ABSTRACT

This study was aimed to discuss conceptual way about the importance of balance analysis for business groups. Thus, this research is justified to contribute to the academic environment with a different view on the subject, expanding the theoretical material, which can be used to develop studies and future research, stimulate deeper on issues related to the topic and other scientific aspects that may arise from the interest in this. In preparing the study, a study was developed from the phenomenological method. As for the methodology, this research is designed as exploratory, descriptive, qualitative. The research was developed through a bibliographic study. Overall, from the relevance of this research to the academic world and the business environment, it is understood that this work has fulfilled its outcome, to conceptually discuss about the economic and financial analysis in a succinct and objective manner. The study showed the use of tools of financial analysis and their contributions to the improvement of business management; discussed the need for disclosure of information and its interpretation as an aid in decision making; and thus promoted the disclosure of a valuable theme for the growth of discussions in accounting.

Keywords: Accounting. Business management. Economic and Financial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Funções básicas da administração financeira	21
Figura 2 Transações de caixa	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Escolha de data-base para análise horizontal	54
Tabela 2 Demonstração do Resultado	55
Tabela 3 Análise vertical em demonstração de resultado	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Balanço Patrimonial da	a empresa hipotética	"Y" dos períodos X1 e X2
		2

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC Ativo circulante

AP Ativo permanente

AT Ativo Total

BP Balanço Patrimonial

CE Composição do endividamento

CFC Conselho Federal de Contabilidade

DFC Demonstração do Fluxo de Caixa

DLPA Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

DMPL Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido

DOAR Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos

DR Demonstração de Resultados

DVA Demonstração do Valor Adicionado

ELP Exigível à longo prazo

FIPECAFI Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e

Financeiras

IPL Imobilização do patrimônio líquido

LC Liquidez corrente

LG Liquidez geral

LI Liquidez imediata

LL Lucro líquido
LS Liquidez seca

NBC Norma Brasileira de Contabilidade

PC Passivo circulante

PCT Participação de capitais de terceiros

PL Patrimônio líquido

PME Prazo Médio Rotação de Estoques ROE Retorno sobre o patrimônio líquido

RLP Realizável em longo prazo

ROI Retorno sobre o ativo

TRI Taxa de retorno sobre o investimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Formulação do problema	16
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo geral	17
1.2.2 Objetivos específicos	17
1.3 Justificativa	17
1.4 Delimitação do tema	18
1.5 Estrutura do trabalho	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	. 20
2.1 A importância da análise econômico-financeira para as empresas	20
2.2 Indicadores de Balanço	25
2.2.1 Indicadores de Liquidez	26
2.2.1.1 Liquidez geral	27
2.2.1.2 Liquidez corrente	29
2.2.1.3 Liquidez seca	30
2.2.1.4 Liquidez Imediata	31
2.2.2 Índices de Endividamento	32
2.2.2.1 Participação de capitais de terceiros	33
2.2.2.2 Composição de endividamento	34
2.2.2.3 Imobilização de patrimônio líquido	35
2.2.3 Rentabilidade	36
2.2.3.1 Giro do Ativo	37
2.2.3.2 Margem Líquida ou Margem de Lucro sobre Vendas	38
2.2.3.3 Rentabilidade do Ativo ou Taxa de Retorno sobre os Investimentos	39
2.2.3.4 Retorno do Patrimônio Líquido	40
2.2.4 Demonstrações Contábeis	41
2.2.4.1 Balanço Patrimonial	43
2.2.4.2 Demonstrações de Resultados	44
2.2.4.3 Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido	45
2.2.4.4 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	46
2.2.4.5 Demonstrações das Origens e Aplicações dos Recursos	47
2.2.4.6 Demonstrações de Fluxos de Caixa	48

REFERÊNCIAS	65
4 CONCLUSÃO	63
3.5 Quanto à amostra e limitações	62
3.4 Quanto aos procedimentos	61
3.3 Quanto à abordagem do problema	61
3.2 Quanto aos objetivos	60
3.1 Quanto ao método	60
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
2.2.5.2 Análise Vertical	56
2.2.5.1 Análise Horizontal	53
2.2.5 Análise de Balanço	50
2.2.4.7 Demonstração do Valor Adicionado	50

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ferramenta utilizada na função administrativa que tem como finalidade controlar o patrimônio, apurar o resultado e gerar informações úteis aos seus usuários no processo de tomada de decisões (FERREIRA, 2007). Nessa perspectiva, toda essa gama de informações prestadas pela Contabilidade, ao administrador financeiro, se torna peça fundamental para a interpretação da nomenclatura contábil a partir do uso de técnicas, dentre as quais se destaca a análise dos índices econômico-financeiros.

Quando se fala em análise financeira e análise de balanços surge à ideia de ser possível de certo modo delimitá-las, em cálculos diversos e/ou índices intermináveis. Isto porque este tipo de análise trata-se de uma interpretação de informações contábeis e trata também da relevância desses índices que levam em consideração o presente e o passado da empresa, indo além que seu simples cálculo, de modo que representam instrumentos ou ferramentas de avaliação e de desempenho.

Segundo Silva (2006, p. 26), "[...] a análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa".

Ao passo quando se trata de análise por meio de índices, consiste em um dos instrumentos mais comuns no mercado financeiro. Porém, se uma análise se embasa tão somente pelo cálculo dos índices, torna-se uma análise pobre, incompleta e possivelmente poderá apresentar uma série de falhas.

Para Matarazzo (2010, p. 4) "As Demonstrações Financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir.

Deste modo, os índices financeiros quando lidos de maneira isolada, não são elementos o bastante para que um tomador de decisões tenha embasamento para tomar suas decisões de maneira assertiva. Assim, como os índices financeiros quando são aliados a uma análise vertical tem potencial de demonstrar de melhor forma a situação financeira e econômica da empresa.

Corrêa e Oliveira (2009, p. 5) mencionam que "O mundo dos negócios está a cada dia mais necessitado de ferramentas que auxiliem na gestão do negócio. [...] A análise econômico-financeira, nesse contexto, se constitui em um instrumento de avaliação da empresa para auxiliar na tomada de decisão".

Lana (2010, p. 10) complementa que as demonstrações contábeis de uma empresa podem "[...] determinar qual a sua real situação econômica e financeira, através do conhecimento de pontos fundamentais de sua estrutura, como a capacidade de pagamento de dividas, rentabilidade do capital investido, possibilidade de falência entre outros".

Ressalta ainda que através do estudo das Demonstrações Contábeis - DC, do Balanço Patrimonial - BP e das Demonstrações de Resultado - DR é possível obter análises estratégicas para melhor controle financeiro e ainda a transparência aos que pretendem manter vínculo com a empresa, sejam clientes, fornecedores, financiadores, o fisco ou os empregados.

1.1 Formulação do problema

No contexto atual econômico-financeiro, torna-se relevante analisar uma empresa em várias vertentes, dentre as quais os índices financeiros irão trazer respostas que estão na maioria das vezes ocultas dentro das demonstrações contábeis. Neste prisma, deve-se observar quanto é de valia as respectivas demonstrações contábeis para um analista financeiro.

Sendo assim, partindo de tal premissa, a problemática de pesquisa que pretende ser solucionada ao final deste trabalho, consiste na questão: Qual é a importância da análise de balanço para os grupos empresariais?

Tendo como hipótese de pesquisa que manter o conhecimento sobre a saúde econômico-financeira da empresa é o ponto de partida para que os gestores tomem conhecimento sobre possíveis riscos ou mesmo oportunidades que possam prejudicar ou desenvolver a empresa.

1.2 Objetivos

Nesta perspectiva para responder a seguinte indagação levantada traçaram-se os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo geral

Debater de maneira conceitual sobre a importância da análise de balanço para um grupo empresarial.

1.2.2 Objetivos específicos

A fim de traçar um caminho coerente para o desenvolvimento do tema, elencam-se como objetivos específicos:

- Compreender o que são e para que servem as análises de balanços nas empresas;
- Abordar sobre as principais demonstrações contábeis para os grupos empresariais; e,
- A contribuição dos índices-financeiros para os gestores nas suas tomadas de decisões.

1.3 Justificativa

O interesse em temáticas sobre análise econômico-financeira, índices financeiros e demonstrações contábeis como ferramentas de controle e auxílio na tomada de decisão, tem despertado as mais diversas discussões, ao longo dos anos. São inúmeras opiniões e frequentemente os pressupostos teóricos relatam o crescente desenvolvimento de pesquisas científicas sobre o tema.

Ribeiro e Boligon (2009) enfatizam que pesquisas da área financeira contribuem com as organizações ao propor uma visão geral de como estão sendo realizados os processos de análise financeira e um melhor direcionamento de novas decisões.

A informação contábil influencia o processo decisório de seus usuários, afeta a alocação de recursos e, até mesmo o funcionamento do mercado.

Nesse prisma, Silva (2005) menciona que a análise econômico-financeira de uma empresa representa um instrumento útil e relevante que permite uma projeção dos reflexos de uma tomada de decisão sobre determinado elemento patrimonial.

Em seu discurso, o autor destaca ainda que pesquisas dessa natureza são necessárias e válidas, pois oferecem ao meio acadêmico condições de aprimorar e avaliar seus conhecimentos adquiridos no decorrer do curso assim como propiciar o desenvolvimento de suas aptidões na disputa do mercado de trabalho.

Lana (2010) ressalta que buscar demonstrar a importância da análise econômica e financeira de uma empresa, para a tomada de decisão, propicia a elaboração de diagnósticos, para a melhora e aprimoramento do controle financeiro e o crescimento empresarial. Acrescenta também que demonstrar para a sociedade essa importância, amplia as informações necessárias para o conhecimento, ao unir teoria e prática.

Neste sentido, esta pesquisa justifica-se, por contribuir para o âmbito acadêmico com uma visão diferenciada acerca do tema, ampliando o material teórico, que poderá ser utilizado a fim de desenvolver estudos e pesquisas futuras, estimular o aprofundamento sobre assuntos relacionados ao tema e demais vertentes científicas que possam originar-se a partir do interesse por este.

Além da relevância acadêmica, esta pesquisa também busca servir como fonte de informações para o âmbito social, podendo oferecer dados relevantes para que o público de interesse envolvido na área colham dados para notar a importância da abordagem e aplicabilidade do tema em estudo.

Este trabalho também o propósito de fomentar conhecimento no pesquisador, além de seu leitor, que durante o desenvolvimento da pesquisa terá condições de desenvolver um pensamento reflexivo-crítico a fim de formar uma trajetória analítica sobre o tema, culminando assim em sua conclusão apresentada como resultado preliminar deste estudo, podendo resultar em aprofundamentos, demais vertentes e debates acerca do assunto.

1.4 Delimitação do tema

Com as exigências utilizadas na contabilidade gerencial, observando a ferramenta da análise financeira realizadas pelos escritórios de serviços contábeis passaram a gerar relatórios com informações fundamentais para as tomadas de decisões empresariais. Desse modo, o tema desta pesquisa se limita a investigar a importância da análise financeira diante destas exigências empresariais.

1.5 Estrutura do trabalho

A pesquisa está organizada em quatro capítulos. Após este, de caráter introdutório, o segundo capítulo apresenta o referencial sobre o tema proposto; no capítulo seguinte tem-se a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa; o quarto capítulo, traz as considerações finais sobre os resultados alcançados e as recomendações para pesquisas futuras; agregado a isto seguem ao final as referências utilizadas na construção e desenvolvimento do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A importância da análise econômico-financeira para as empresas

Para as empresas, a obtenção de informações e, especialmente, como estas serão utilizadas faz parte de estratégias valiosas para a tomada de decisão e a implantação da comunicação empresarial. O profissional de informação da organização terá a tarefa de organizar, analisar, selecionar e armazenar documentos, para que este processo facilite a busca e utilização de informações posteriormente.

Zorrinho (1995) acredita que quando os seres humanos processam as informações que recebem em seus cérebros, estes atuam como um sistema de processamento de dados eletrônico, onde as informações são categorizadas, analisadas, direcionadas, armazenadas e disseminadas. Assim como ocorre no processo humano, quanto em suas ações diárias, a gestão das informações em uma organização é parecida, a gestão da informação abarca todas estas etapas a fim de obter êxito.

Deste modo o gestor da informação atua em âmbitos onde a parte documental é primordial, já que seu público-alvo necessita das informações contidas em tais documentos para tomar decisões inerentes a suas próprias funções profissionais. Nesta perspectiva é importante que este profissional tenha capacidade para interagir com os processos de geração, transferência e gestão da informação.

Um gestor da informação, para que consiga se inserir no mercado de maneira eficiente, necessita demonstrar interesse por leitura, pesquisa, preservação de informação e compartilhamento de conhecimento. No mercado profissional o gestor de informação ainda é considerado uma colocação nova, porém, apresenta crescimento gradativo, formando cada vez mais profissionais interessados em atuar na área, já que na evolução da sociedade a informação tem se mostrado cada vez mais importante, especialmente no âmbito empresarial.

Quando se trata de informação, as empresas prezam pelo conhecimento de sua situação financeira, especialmente porque é através da coleta desses

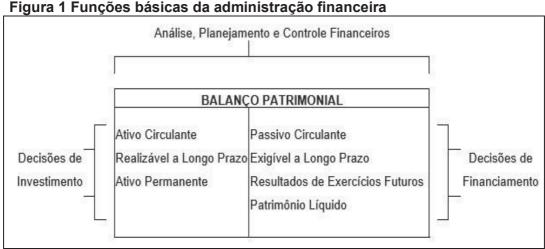
dados que os gestores terão a oportunidade de tomar decisões precisas e seguras, evitando arbitrariedades que possam desencadear futuros prejuízos para a organização. Neste cenário surge a análise econômico-financeira, que tem a função de fornecer tais informações para auxiliar os administradores e gestores na tomada de decisões.

Marion (2006) discorre que a Análise Econômico-Financeira, que também pode ser identificada como Análise das Demonstrações Contábeis, ou ainda Análise de Balanços é um sistema de controle financeiro que tem sido desenvolvido desde a antiguidade, assim como a própria contabilidade.

Sato (2007, p. 25) por sua vez, descreve que a análise financeira possui dois pilares importantes que são utilizados para chegar ao escopo principal de toda e qualquer empresa, financeiramente falando, aumentar seu valor:

[...] a teoria de finanças encontra-se dividida em dois níveis de decisões, considerados como os grandes pilares da moderna administração financeira, quais sejam: decisões de investimentos e decisões de financiamentos. Em qualquer uma destas decisões, o objetivo deverá sempre ser o de maximizar o valor da empresa, fim que se atinge maximizando o valor para os proprietários e acionistas.

A autora descreve ainda que estes elementos são integrados a outras análises administrativas, tais como análise, planejamento e controle financeiro e todos os resultados obtidos por estes campos são acrescentados no Balanço Patrimonial da empresa, conforme mostra a Figura 1.



Fonte: Sato, 2007, p. 25.

Ressalta ainda, que o ápice aconteceu no final do século XIX, quando uma forma mais concreta foi desenvolvida, a partir do uso da análise das Demonstrações Contábeis que as instituições bancárias passaram a fazer antes de conceder créditos e financiamentos às empresas.

Com o passar do tempo à gestão financeira empresarial foi adquirindo novas modalidades e a tecnologia passou a servir de auxílio para que as organizações prevenissem suas finanças de possíveis perdas e prejuízos. Segundo Marion (2006) outros tipos de demonstrativos passaram a ser exigidos, especialmente após algumas empresas abrirem seus capitais, tal análise adquiriu, ainda mais, importância com relação ao reconhecimento sobre a situação da empresa.

Padoveze (2008) acredita que realizar a análise econômico-financeira é um dos elementos mais importantes para manter uma gestão financeira eficiente, uma vez que esta análise será responsável pelo desenvolvimento de um processo de reflexão e compreensão das demonstrações contábeis, tendo como finalidade principal o conhecimento e avaliação sobre a situação da empresa em todos os aspectos que a compõem, financeiros, patrimonial, operacional e econômica.

Para Assaf Neto (2008) ainda que a análise das demonstrações seja subjetiva, sendo de interpretação pessoal do analista que a fará, porém, para que a empresa não corra o risco de cometer arbitrariedades e tampouco realizar esta avaliação através de dados errôneos, é importante que haja rigor na coleta de dados, para que os valores sejam exatos, bem como sejam aplicadas as normas contábeis corretas.

Marion (2006, p. 25) expõe que a realização da análise financeira nas empresas pode cumprir objetivos diversos, assim como abranger seus públicos de interesse, ao mencionar que "[...] ela é muito importante para quem está interessado em relacionar-se com uma empresa [...]".

Complementando a premissa apresentada pelo autor, podem-se caracterizar como *Stakeholders* deste tipo de análise, os:

- Administradores:
- Fornecedores;
- Concorrência;
- Acionistas;
- Clientes;
- Órgãos Públicos; e,
- Instituições Financeiras.

Consonante a estas informações, Assaf Neto (2008, p. 60) confirma que a análise financeira pode abarcar diversos tipos de público de interesse, que são compostos por todos os indivíduos ou organizações que mantenham algum tipo de relacionamento com a empresa.

A análise das demonstrações contábeis de uma empresa pode atender a diferentes objetivos consoantes os interesses de seus vários usuários ou pessoas físicas ou jurídicas que apresentam algum tipo de relacionamento com a empresa. Nesse processo de avaliação, cada usuário procurará detalhes específicos e conclusões próprias e, muitas vezes, não coincidentes.

É importante ressaltar neste ponto a questão da subjetividade na interpretação de resultados, ludícibus (2008) explica que, ainda que os resultados apresentados sejam semelhantes, dificilmente dois analistas interpretarão os dados da mesma maneira, portanto, gerando resultados idênticos, ou seja, mesmo que dois analistas financeiros tenham acesso às mesmas informações, certamente os resultados de suas analises serão diferentes.

Ainda de acordo com Ibid. (2008), em consonância com a ideia de que a análise financeira trata-se de um elemento subjetivo, podendo variar de acordo com a experiência e perspectiva do técnico que a realiza, o autor chega a se referir à avaliação como uma 'arte'. Complementando esta ideia, Padoveze (2008, p. 190) explicita os objetivos pelos quais a empresa opta por realizar a análise.

A avaliação sobre a empresa tem por finalidade detectar os pontos fortes e os pontos fracos do processo operacional e financeiro da companhia, objetivando propor alternativas de curso futuro a serem tomadas e seguidas pelos gestores da empresa.

Marion (2006) discorre que qualquer tipo de organização pode fazer uso desta técnica, tanto indústria, quanto empresas de comércio e serviços, estatais, privadas, instituições de ensino, organizações não-governamentais, cooperativas, etc., seja a empresa lucrativa ou não a análise pode ser realizada, uma vez que sua função não é buscar valores exatos e concretos a fim de expor a perfeição da empresa, mas sim a de avaliar resultados obtidos e verificar se estes estão consoantes com os resultados apresentados por empresas do mesmo segmento.

Neste ponto é importante ressaltar as ferramentas necessárias para realizar uma análise econômico-financeira, são estes: indicadores econômicos; análise horizontal; análise vertical; e análise de rentabilidade. Neste cenário é relevante considerar também situações externas que possam imputar algum impacto sobre o ambiente organizacional.

ludícibus (2008) relembra que ainda que os resultados sejam interpretativos, é fundamental que os indicadores sejam interpretados de maneira coerente e corretos, uma vez que os dados sejam analisados erroneamente ou mal interpretados, tais informações incorretas podem desencadear uma série de problemas para a organização.

Os resultados e índices que são apresentados após a análise têm a função e o papel de grandes auxiliadores dos administradores na tomada de decisões, é através destes dados que ele terá a possibilidade de avaliar o comportamento evolutivo da organização e como foram seus resultados dentro de determinados períodos, além de possibilitar a comparação com dados de outras empresas do mesmo segmento, analisando assim se estão em consonância para que se mantenha a competitividade.

A análise de balanços é fundamentalmente comparativa. Ou seja, determinado índice, quando avaliado isoladamente não produz informações suficientes para uma correta conclusão. É indispensável que se conheça como evoluiu esse resultado nos últimos anos e em que nível ele se situa em relação aos concorrentes e aos padrões de mercado (ASSAF NETO, 2008, p. 63).

Em suma, a finalidade central e principal da análise econômicofinanceira é servir de suporte para administradores e gestores quanto à elaboração de um planejamento financeiro sólido, já que quando a empresa se lança no mercado, em um cenário altamente competitivo sem elaborar um plano financeiro, pode correr o risco de cometer arbitrariedades, agindo de acordo com suposições e sujeita a erros e acertos. Postura esta que pode culminar em consequências e/ou possíveis prejuízos para a organização.

2.2 Indicadores de Balanço

Os índices econômico-financeiros também são denominados de quocientes. E a análise feita através deles tem como finalidade estabelecer uma relação entre contas, a fim de avaliar a situação econômico-financeira em que estas se encontram, bem como apresentar resultados que auxiliem a empresa em seu processo de decisão.

Gitman (1997, p. 102) descreve que "[...] a análise por meio de índices envolve os métodos de cálculo e a interpretação dos índices financeiros, para avaliar o desempenho e a situação da empresa". Sobre sua usabilidade, Reis (2003, p. 109) destaca que "O método analítico mais usado é o método dos quocientes, por meio da qual se comparam dois valores patrimoniais, dividindo um pelo outro. Esse método tem vantagem de indicar a relação de grandeza existente entre os itens comparados".

Segundo Fleuriet (2003) um ciclo financeiro pode ser composto pelo prazo médio de rotação de estoques - PMRE somado ao prazo médio de recebimento de contas a receber - PMRCR e, deste cálculo é subtraído o prazo médio de pagamento das contas a pagar - PMPCP.

Para que se possa utilizar este modelo de análise é importante realizar uma classificação de ativos e passivos, que recebem tal denominação de acordo com a realidade dinâmica da empresa, sendo assim, tais diferenciações são feitas de acordo com o período de tempo que se leva para executar um ciclo.

Nesse propósito, podem ser traçados alguns índices e suas possíveis subdivisões, quais sejam: indicadores de liquidez; índices de endividamento; rentabilidade; demonstrações contábeis; e, análise de balanço. De modo a

discorrer sobre esses índices, têm-se adiante alguns conceitos, definições e exemplos que irão facilitar a compreensão sobre o tema.

2.2.1 Indicadores de Liquidez

Para Assaf Neto (2002, p. 171) "[...] os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros". E, sobre o conceito Braga (2003, p. 154) descreve que "[...] a análise interna de liquidez constitui-se num dos mais valiosos instrumentos de controle financeiro, especialmente quando realizada em períodos curtos (semanais, quinzenais, mensais)".

Quanto aos índices de liquidez, estes, ainda mensuram valores que a organização possui para cada unidade monetária que há como dívida e são utilizados para estudar a disponibilidade que a empresa tem para pagar suas dívidas e obrigações.

Nessa perspectiva, esses indicadores buscam evidenciar a condição da empresa de saldar suas dívidas e de sua estrutura de endividamento. São extraídos apenas do balanço patrimonial, razão por que são considerados indicadores estáticos, ou seja, no momento seguinte serão alterados.

Souza e Moreira (2003, p. 4) afirmam que "Um ponto importante a ser ressaltado com relação aos índices de liquidez diz respeito ao ciclo financeiro já que, quanto maior e mais longo for o ciclo, maiores serão os índices de liquidez exigidos para que a empresa possa ter uma boa capacidade de pagamento".

Os índices de liquidez ainda se subdividem em: Liquidez geral; Liquidez corrente; Liquidez seca; e, Liquidez imediata. Todas as subdivisões são responsáveis por relacionar bens e direitos às obrigações da empresa, e, o cálculo é feito através de uma operação de divisão simples.

Portanto, para uma melhor visualização e entendimento sobre a aplicabilidade das fórmulas usadas para o cálculo desses índices, todos os exemplos citados neste estudo seguem o proposto por Silva (2003), a partir do Quadro 1.

Quadro 1 Balanço Patrimonial da empresa hipotética "Y" dos períodos X1 e X2

ATIVO	ANO X2	ANO X1	PASSIVO	ANO X2	ANO X1
Circulante	699.354,00	549.064,00	Circulante	517.630,00	322.061,00
Disponível	55.198,00	57.475,00	Fornecedores	58.709,00	44.010,00
Duplicatas a	204.881,00	220.089,00	Inst. Financ. a	272.152,00	188.379,00
receber			Pagar		
Estoques	439.275,00	262.500,00	Provisão IR	33.126,00	6.248,00
			Dividendos a	79.832,00	55.264,00
			Pagar		
Realizável a	26.271,00	25.005,00	Duplicatas	73.811,00	28.160,00
LP			Descontadas		
			Exigível a LP	522.354,00	357.642,00
Permanente	349.841,00	200.952,00	Financiamento	2.906,00	33.461,00
Investimento	30.378,00	50.585,00	Contas a Pagar	1.818,00	2.120,00
Imobilizado	290.302,00	141.852,00	Patrimônio	553.112,00	417.379,00
			Líquido		
Diferido	29.161,00	8.515,00	Capital Realizado	304.408,00	228.360,00
			Reserva de	18.763,00	14.549,00
			Capital		
			Reservas	229.869,00	174.470,00
			Diversas		
Total do Ativo	1.075.466,00	775.021,00	Total do Passivo	1.075.000,00	775.021,00

Fonte: Silva (2003, p. 6).

Portanto, as informações contidas no BP da empresa hipotética "Y", serão utilizadas para o desenvolvimento de exemplos práticos relacionados aos índices de liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata. Os modelos apresentados neste trabalho contribuem conceitualmente e podem ser conferidos a partir deste ponto da pesquisa.

2.2.1.1 Liquidez geral

Quanto ao índice de Liquidez Geral - LG Assaf Neto (2002, p. 173) aponta que "[...] esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada R\$ 1,00 que a empresa tem de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo".

Nessa perspectiva, entende-se que, se o índice atingido for maior que R\$ 1,00, a empresa é passível de cumprir suas obrigações, ao passo que se o valor apresentado for abaixo de R\$ 1,00 a empresa não possui condições, e, portanto, fica sujeita a recorrer a empréstimos e/ou créditos bancários para quitar suas dívidas.

Portanto, quanto maior for o índice de LG apresentado, melhor será a situação da empresa e para o cálculo desse índice adota-se a fórmula proposta por Assaf Neto (2002), da seguinte forma:

$$LG = (AC+RLP)/(PC+ELP)$$

Onde: LG – Liquidez geral

AC - Ativo circulante

RLP – Realizável em longo prazo

PC – Passivo circulante

ELP – Exigível a longo prazo

Exemplo para a análise do quociente de LG da empresa hipotética "Y" dos períodos de X1 e X2:

LG ^{X1}	_	(AC+RLP)	(549.064,00 + 25.005,00)	_	1 20
LG		(PC+ELP)	(322.061,00 + 35.581,00)	1	1,39
LG ^{X2}		(AC+RLP)	(699.354,00 + 26.271,00)	_	1 60
LG	_	(PC+ELP)	(517.630,00 + 4.724,00)	_	1,60

Indica: Quanto à empresa possui de AC e RLP para cada \$ 1,00 de dívida total.

Interpretação: Quanto maior, melhor.

Objetivo: verificar a capacidade pagamento, analisando as condições totais de saldos a receber e a realizar contra os valores a pagar, considerando tanto os saldos de curto como o de longo prazo.

O quociente de LG é um indicador que determina se a empresa tivesse que encerrar suas atividades naquele momento, teria ou não condições de honrar seus compromissos com suas disponibilidades juntamente com os seus realizáveis à curto e a longo prazo, sem a necessidade de utilizar o seu Ativo Permanente. Como os demais índices a LG não deve ser analisada isoladamente.

Em suma, a liquidez geral apresenta a capacidade que a empresa possui para cumprir suas obrigações financeiras sobre as atividades que abarcam tanto o curto quanto o longo prazo.

2.2.1.2 Liquidez corrente

O índice Liquidez Corrente - LC, na perspectiva traçada por Assaf Neto (2002, p. 172) indica "[...] o quanto existe de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo". Isto é, quanto mais alto se apresentar este índice melhor será a situação da empresa. O autor apresenta, portanto, a fórmula aplicada para realizar o cálculo:

$$LC = AC/PC$$

Onde: LC – Liquidez corrente AC – Ativo circulante

PC - Passivo circulante

Exemplo para a análise do quociente de LC da empresa hipotética "Y" dos períodos de X1 e X2:

LC ^{X1}	_	AC	549.064,00	=	1.70	
LC	_	PC	322.061,00		1,70	
I C ^{X2}		AC	699.354,00		1,35	
LC	-	PC	517.630,00	-	1,33	

Indica: Quanto à empresa possui no AC para cada \$ 1,00 de PC.

Interpretação: Quanto maior, melhor.

Objetivo: Verificar a capacidade de pagamento da empresa dos valores de curto prazo.

Souza e Moreira (2003, p.6) ressaltam que para se afirmar que um índice de LC é bom ou ruim não basta somente que o mesmo seja superior a 1, "[...] tem que se analisar o tipo de atividade da mesma e principalmente devese considerar o seu ciclo financeiro, ou seja, o prazo de rotação dos seus estoques, o recebimento de suas vendas e o pagamento de suas compras".

A liquidez corrente irá representar a quantidade de recursos para cada unidade monetária de obrigações em curto prazo. Possui dois grupos de contas, que são o AC e o PC, sendo que não representam direitos ou

obrigações a serem liquidados em moeda, mas sim em serviços e não irá contemplar os direitos e obrigações que já haviam sido contratados para curto prazo.

Trata-se de um indicador bastante conhecido e utilizado nas análises de balanço, pois indica quanto a empresa poderá dispor em recursos de curto prazo (disponibilidades, clientes, estoques etc.) para honrar suas dívidas circulantes (fornecedores, financiamentos de curto prazo contas a pagar etc.).

2.2.1.3 Liquidez seca

Matarazzo (2003, p. 173) ao discutir a respeito da Liquidez Seca - LS, menciona que este índice "[...] indica quanto à empresa possui no ativo liquido para cada R\$ 1,00 de passivo circulante (dividas em curto prazo). [...] visa medir o grau de excelência da sua situação financeira". Neste caso também o maior índice possível representa a melhor situação financeira em que a empresa se encontra.

Quanto à fórmula para realizar o cálculo segue-se o proposto por Braga (2003, p. 155) da seguinte forma:

Onde: LS – Liquidez seca;

AC - Ativo circulante;

PC – Passivo circulante.

Exemplo para a análise do quociente de LS da empresa hipotética "Y" dos períodos de X1 e X2:

LS ^{X1}	_	(AC – ESTOQUES)	(549.064,00 - 262.500,00)	_	0,89
LS	_	PC	322.061,00	•	0,69
LS ^{X2}		(AC – ESTOQUES)	(699.354,00 - 439.275,00)	_	0.50
LS	_	PC	517.630,00	_	0,50

Indica: Quanto à empresa possui de ACL para cada \$ 1,00 de PC.

Interpretação: Quanto maior, melhor.

31

Objetivo: Verificar a capacidade de pagamento da empresa dos valores

de curto prazo, excluindo os estoques do AC.

Este índice apresenta uma situação mais ajustada quanto a liquidez,

visto que dele são eliminados os estoques, que são considerados como fontes

de incertezas. Desse modo, a liquidez da empresa passa a não depender dos

elementos não monetários, superando assim a necessidade do esforço de

venda para a quitação das obrigações de curto prazo.

O índice de LS representa o quanto em dinheiro a empresa tem a

realizar em ativos monetários para cada obrigação que será liquidada em curto

prazo. Possui os grupos Ativo Circulante, Estoques e o Passivo Circulante. Os

itens a serem realizados que não forem monetários, ou seja, os estoques, já

estarão eliminados.

Trata-se de um índice de medida bem mais rigorosa para a avaliação da

liquidez de uma empresa, por indicar o quanto poderá dispor de seus recursos

circulantes, sem vender seus estoques, para fazer frente as suas obrigações

de curto prazo.

2.2.1.4 Liquidez Imediata

Para definir este indicador, ludícibus (1998, p. 99) aponta que "[...]

representa o valor de quanto dispomos imediatamente para saldar nossas

dívidas de curto prazo". Neste caso seria necessário realizar uma análise

aprofundada para que fosse possível indicar o parâmetro mínimo aceitável.

Porém, ainda quando maior apresentar-se este índice, melhor será a situação

da empresa. A fórmula segundo Ibid. (1998) é:

LI = DISPONIBILIDADES/PC

Onde: LI - Liquidez imediata

PC - Passivo circulante

Exemplo para a análise do quociente de LI da empresa hipotética "Y"

dos períodos de X1 e X2:

1 1X1	_	DISPONIBILIDADES	57.475,00	_	0,18
LI =		PC	322.061,00	•	0,16
1 1X2	_	DISPONIBILIDADES	55.198,00	_	0.11
LI	PC	322.061,00	•	0,11	

Indica: Quanto à empresa possui de disponibilidades para cada \$ 1,00 de PC.

Interpretação: Quanto maior, melhor.

Objetivo: Identificar o grau de liquidez que a empresa possui a partir do pagamento de dívidas de curto prazo em face dos recursos imediatamente disponíveis.

A liquidez imediata representa um quociente de comparação entre Disponível e o PC, indicando o percentual dos compromissos que a empresa pode liquidar imediatamente. É recomendado considerar também que, os valore apresentados no BP em determinado momento nem sempre representam a média mantida durante o período.

Para a análise e interpretação correta do índice de LI é preciso conhecer o tipo de organização e sua orientação de vendas. Desse modo, a análise da liquidez de uma organização deve primar pelo estudo do conjunto dos indicadores, como condição que permite mensurar a capacidade de pagamento das dívidas e solvência da empresa.

Sendo assim, o índice de liquidez imediata representará o quanto em dinheiro a empresa tem disponível para cada uma das obrigações que irão ser liquidadas no curto prazo. Possui os grupos Disponibilidades e Passivo circulante, onde as limitações da aplicação serão as mesmas que a da liquidez corrente.

2.2.2 Índices de Endividamento

Este método possibilita a análise em relação à capacidade que a empresa possui para adquirir dividas a fim de cumprir com suas obrigações, informação importante para investidores e gestores. Segundo Matarazzo (2003,

33

p. 151): "[...] os índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões

financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos".

A análise desses índices também é bastante relevante para saber se os

compromissos assumidos são a curto prazo ou a longo prazo. E a proporção

favorável seria de maior participação de dívidas de longo prazo, o que

proporcionaria a empresa mais tempo para gerar recursos para saldar as

dívidas.

2.2.2.1 Participação de capitais de terceiros

O indicador dos capitais de terceiros demonstra o quanto as empresas

necessitam de recursos de terceiros para cumprir suas obrigações. Este índice

é um dos mais utilizados nas empresas atualmente para obter este tipo de

informação, uma vez que as empresas dependem, muitas vezes, de créditos e

financiamentos de instituições bancárias, por exemplo.

De acordo com Perez Júnior e Begalli (2002, p. 199), a fórmula para

realizar o cálculo deste indicador é:

PCT = (PC+ELP)/PL

Onde: PCT – Participação de capitais de terceiros

PC – Passivo circulante

ELP – Exigível em longo prazo

PL –Patrimônio líquido.

Exemplo para a análise do quociente de PCT da empresa hipotética "Y"

dos períodos de X1 e X2:

PCT ^{X1}	=	(PC + ELP) PL	(322.061,00 + 35.581,00) 417.379,00	Ш	0,86
PCT ^{X2}	_	(PC + ELP)	(517.630,00 + 4.724)	-	0.04
PCT^2	•	PL	553.112,00	=	0,94

Os autores ressaltam ainda que, quanto mais alto for este índice, pior é a situação da empresa. Complementando este pensamento, Walter e Braga (1980, p. 29) explicam que:

[...] acima de 1 (um), quanto mais alto for o grau de garantia de capital de terceiros, maior segurança haverá aos credores que emprestam capital à empresa [...] assim, se esse grau for superior a 1 (um), indicará financiamentos do ativo em maior proporção de recursos próprios em relação aos terceiros.

O que os autores apontam é o fato de que, se a empresa mantém este índice muito alto, embora consiga com mais facilidade crédito de terceiros, passa a colocar em risco seus recursos próprios. Em suma, este índice distingue o quanto a empresa possui de recursos oriundos de seu patrimônio líquido e o quanto dispõe de capitais oriundos de terceiros.

2.2.2.2 Composição de endividamento

Matarazzo (2003, p.155) explica que este indicador representa "[...] qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais". Ou seja, a função deste índice é demonstrar se as obrigações existentes são de caráter prioritário, urgente, que necessitem do uso dos recursos presente para realizar o pagamento, ou se há tempo hábil para gerar recursos a fim de liquidar as obrigações, além de reconhecer como se compõem as dívidas da empresa segundo a participação de capitais de terceiros.

A fórmula proposta por Perez Júnior e Begalli (2002) para o cálculo desse índice é a seguinte:

CE = PC/(PC+ELP)

Onde: CE – Composição do endividamento

PC – Passivo circulante ELP – Exigível em longo prazo

Exemplo para a análise do quociente de CE da empresa hipotética "Y" dos períodos de X1 e X2:

CE ^{X1}	=	PC	322.061,00	II	0,90
		(PC + ELP)	(322.061,00 + 35.581,00)		
CE ^{X2}	=	PC	517.630,00	Ш	0,99
		(PC + ELP)	(517.630,00 + 4.724,00)		

Quanto menor for o resultado do cálculo deste indicador, melhor se encontra a situação da empresa. Viera (2011, p. 45) propõe que "A relação apresentada por este índice indica o perfil dos capitais de terceiros. Pela análise, é possível identificar das dívidas da empresa, demonstrando a necessidade ou não de alongamento das mesmas".

Portanto, quanto maior forem as dívidas no curto prazo, maior será a pressão para que a empresa gere recursos a fim de quitar seus compromissos. E, a interpretação deste índice é de que quanto maior, pior.

2.2.2.3 Imobilização de patrimônio líquido

Perez Júnior e Begalli (2002, p. 200) mencionam que este indicador "[...] estabelece quanto foi aplicado no ativo permanente para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido". A fórmula de acordo com esses autores consiste em:

IPL = AP/PL

Onde: IPL – Imobilização do patrimônio líquido

AP – Ativo permanente PL – Patrimônio líquido.

Exemplo para a análise do quociente de IPL da empresa hipotética "Y" dos períodos de X1 e X2:

IPL ^{X1}	=	AP	200.952,00	1	0.40	
		PL	417.379,00	_	0,48	
IPL ^{X2}	=	AP	349.841,00	-	0.63	
		PL	553.112,00	_	0,63	

Este índice apresentando-se baixo colabora para a situação da empresa. Para Hoji (2010) o IPL indica a parcela dos recursos próprios investidos no AP e quanto maior for a aplicação no AP, maiores serão os custos fixos da empresa provocando desequilíbrio da condição financeira da empresa.

A interpretação deste índice é de que quanto maior, pior. É um índice que demonstra a relação que existe entre o AP e os capitais próprios e por esta razão torna-se necessário para o analista identificar a parcela de PL que está aplicado no AP.

2.2.3 Rentabilidade

Para Assaf Neto (2001, p. 97), os índices de rentabilidade "[...] medem a capacidade de retorno obtido pela empresa, derivado de suas operações. E os valores encontrados devem ser confrontados com empresas do mesmo segmento. Esse método mostra o quanto à empresa esta rentável, ou seja, quanto de recurso esta sendo gerado.

Viera (2011, p. 27) afirma que "Os índices de rentabilidade buscam mostrar qual à rentabilidade que os valores investidos deram de retorno para a empresa, ou seja, mede o quanto ela esta sendo lucrativa ou não". Quatro tipos de índices são considerados como identificadores de rentabilidade, a saber.

Todo empresário ou investidor espera que o capital investido seja adequadamente remunerado e, por outro lado, os financiadores ou fornecedores de capital desejam ter a certeza de que o financiamento é capaz de gerar lucro suficiente para remunerar seus ativos e ainda honrar os financiamentos. (SILVA, 2010, pag.143).

Correa Neto (2007, apud. AZEVEDO et al., 201?) cita que os índices de rentabilidade revelam o retorno que a empresa está proporcionando uma vez

que o lucro isoladamente não mostra informações completas. Silva (2005)

corrobora nesse aspecto quando menciona que estes índices de retorno,

conhecidos como de lucratividade ou mesmo rentabilidade, indicam qual o

retorno que a empresa está propiciando.

Para Maratazzo (2003, p. 175) "[...] os índices de rentabilidade mostram

qual a rentabilidade dos capitais investidos e, portanto, qual o grau de êxito

econômico da empresa". Ainda para Ibid. (2010) é através dos índices de

rentabilidade que se torna possível verificar os capitais investidos e, desse

modo, conhecer qual foi o resultado econômico da empresa.

Reis (2009) cita que para medir a capacidade de produzir lucro e de todo

o capital investido nos negócios podem ser feitas análises dos índices de

rentabilidade. Não é somente o capital próprio que gera lucro, mas também

todos os capitais aplicados, sendo de terceiros ou próprios.

São quatro os índices de rentabilidade: Giro do Ativo, Margem Líquida,

Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido. (MATARAZZO,

2010).

2.2.3.1 Giro do Ativo

Representa quanto a empresa vendeu para R\$ 1,00 de investimento

total. Quanto maior o índice, maior a capacidade de geração de receitas.

Segundo Iudicibus e Marion (2007) este índice de atividade expressa quantas

vezes o ativo "girou" ou se renovou pelas vendas.

Silva (2005, p. 45) destaca que este índice é um dos principais

indicadores de atividade da empresa. "[...] Estabelece relação entre as vendas

do período e os investimentos totais efetuados na empresa, que estão

representados pelo ativo total médio".

O giro do ativo é representado da seguinte forma:

GA = RB / AT

Onde: GA = GIRO DO ATIVO

RB = RECEITA BRUTA

AT = ATIVO TOTAL

Indica: Quanto a empresa vendeu para R\$1,00 de investimento total.

Interpretação: Quanto maior, melhor.

Júnior e Begalli (2009) consideram que esse índice indica quantas vezes a empresa recuperou o valor do seu ativo por meio das suas vendas, de um determinado período. E para ludicibus e Marion (2007) quanto maior for o giro do ativo pelas vendas, maiores as chances de cobrir as despesas com uma boa margem de lucro.

Portanto, o GA relaciona em dado período a sua venda líquida com todos os ativos da empresa. Ou seja, se a empresa tiver um GA alto significa que mais eficiente é o uso dos ativos na geração de receitas para a empresa.

2.2.3.2 Margem Líquida ou Margem de Lucro sobre Vendas

Este índice serve para avaliar o desempenho de resultado (lucro ou prejuízo) sobre a receita. Obviamente, quanto maior o índice (se positivo), melhor a margem. Para Lana (2010) margem líquida ou retorno sobre as vendas, mostra qual a margem de lucro que a empresa alcança em relação ao valor de suas vendas líquidas do período, apresentando o percentual de lucratividade.

A margem líquida é representada da seguinte forma:

 $ML = LL / VL \times 100$

Onde: ML = MARGEM LÍQUIDA LL = LUCRO LÍQUIDO VL = VENDAS LÍQUIDAS

Indica: Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100,00 vendidos.

Interpretação: Quanto maior, melhor.

Silva (2010, pag.144) aponta que o analista deverá estar atento aos seguintes aspectos: I)· volume de despesas ou receitas não operacionais, os quais podem distorcer o resultado; e II) os critérios de avaliação de estoques e

de apropriação custos podem interferir no valor do CMV (ou CPV) e, portanto

no lucro.

Para Gitman (2001, p. 143) "[...] margem líquida 'boa' difere de forma

considerável entre os setores. Uma margem líquida de 1% ou menos não seria

fora do comum para um armazém, enquanto uma margem líquida de 10% seria

baixa para uma joalheria".

Viera (2011) considera que a margem líquida representa a eficiência de

despesas em relação às vendas, pois quanto menores as despesas maior será

à margem de lucro. Júnior e Begalli (2009) enfatizam que esse quociente indica

a capacidade da empresa gerar lucro em comparação a sua receita líquida de

vendas.

2.2.3.3 Rentabilidade do Ativo ou Taxa de Retorno sobre os

Investimentos

A taxa de retorno sobre o investimento apresenta a relação entre o Lucro

Liquido e o Ativo Total, ou seja, quanto o ativo contribui na obtenção do Lucro

Liquido gerado. Isso significa quantos anos a empresa levará para obter seu

investimento de volta.

A margem líquida é representada da seguinte forma:

TRI = LL/AT

Onde: TRI = Taxa de retorno sobre o investimento

LL = Lucro líquido

AT = Ativo total

Indica: Quanto o ativo contribui na obtenção do lucro gerado.

Interpretação: Quanto maior, melhor

De modo a exemplificar, tem-se que: A empresa Modelo investiu R\$

22.500,00 numa aplicação por um ano e teve um retorno de R\$ 2.850,00. Qual

o índice de rentabilidade?

Lucro líquido

Rentabilidade ----- X 100

Investimento

Aplicando-se a fórmula, tem-se:

TRI = $2.850,00/22.500,00 = 0,1266 \times 100 = 12,67\%$ a.a (ao ano)

O que há em comum com estas variáveis é o lucro líquido e que ambas

são distintas entre si.

A rentabilidade é a relação entre o lucro líquido e o investimento feito. É

uma variável que mostra ao investidor a velocidade de retorno do capital

investido. Os principais índices de rentabilidade são: margem de lucro sobre

vendas; giro do ativo; retorno sobre o ativo; retorno sobre o total do ativo; e

retorno sobre o patrimônio líquido.

2.2.3.4 Retorno do Patrimônio Líquido

A remuneração do Patrimônio Líquido é representada pelos resultados

gerados. Se este índice for inferior à taxa de aplicação financeira (líquida de

impostos) no período, significa um desempenho insatisfatório. Espera-se que

qualquer negócio tenha um desempenho mínimo de 50% superior a taxa de

aplicação financeira. Desta forma, se a taxa (líquida de impostos) de aplicação,

ao ano, corresponde a 14%, então se espera um retorno mínimo sobre o PL de

21%.

O retorno sobre o patrimônio líquido é representado da seguinte forma:

 $RPL = LL / PLM \times 100$

Onde: RPL = RETORNO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LL = LUCRO LÍQUIDO

PLM = PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO

Indica: Quanto à empresa obteve de lucro para cada R\$ 100 de capital

próprio investido.

Interpretação: Quanto maior, melhor.

Para Silva (2006, p. 145) "Este índice representa o retorno que os

acionistas ou quotistas da empresa estão obtendo em relação aos seus

investimentos na empresa [...]". O autor ainda ressalta que os índices de retorno indicam a vitalidade da empresa, que pode por vezes entra em declínio a partir de sua fraca ou ineficiente capacidade de gerar lucro.

Nesse mesmo enfoque, Matarazzo (1998, apud SILVA, 2005, p. 48) menciona que "[...] O papel do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do Capital Próprio. Essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos alternativos no mercado [...]".

Portanto, o RPL indica quanto os acionistas ou proprietários da empresa estão obtendo em relação aos seus investimentos na entidade. E, desse modo o lucro passa a ser visto como um "prêmio" do investidor pelo risco do seu negócio.

2.2.4 Demonstrações Contábeis

Franco (1992) acredita que a principal razão de ser que doutrina a contabilidade, consiste em servir como uma ferramenta auxiliadora para a tomada de decisões seja por administradores e gestores, e os demais usuários internos e também para os externos que tenham relação com a área contábil.

Sobre suas funções administrativas e econômicas, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras – FIPECAFI (2000, p. 68) apresenta que:

O objetivo científico da contabilidade manifesta-se na correta apresentação do patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob a ótica pragmática, a aplicação da contabilidade a uma entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações [...].

Através desta perspectiva é importante ressaltar que diversos públicos fazem uso das técnicas e informações contábeis, onde cada um destes é direcionado pela necessidade de informação que lhe convém, fato que os distingue entre si. Entretanto, é possível destacar alguns dos públicos que mais frequentemente, e para quem mais interessam as informações contábeis. São estes:

- Proprietários;
- Governo:
- Diretores;
- Gestores;
- Instituições bancárias;
- Investidores:
- Fornecedores:
- Clientes:
- Sociedade ou qualquer outro indivíduo, órgão, corporação que tenha relação com as atividades da empresa em questão.

A contabilidade, tal como uma atividade prática que é, passou por diversas tentativas de normalização, para que os patrimônios financeiros e econômicos das empresas pudessem seguir critérios específicos e regulados de análise. Sobre tal conceituação, ludícibus e Marion (2006, p. 89) descrevem que:

[...] os princípios fundamentais de contabilidade são os conceitos básicos que constituem o núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da contabilidade, que consistem em apresentar informação estruturada aos usuários. Os princípios são a forma, o meio e a estrutura de que a disciplina se utiliza para chegar aos objetivos ou, às vezes, para melhor entender o que vem sendo praticado há algum tempo.

Deste modo, através da Resolução nº 750/93, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em seus art. 2º e 3º, enumera os princípios da contabilidade:

Art. 2º Os princípios de contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à ciência da contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso país. Concernem, pois, à contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. (redação dada pela resolução CFC nº. 1.282/10). Art. 3º são princípios de contabilidade: (redação dada pela resolução CFC nº. 1.282/10): i) o da entidade; ii) o da continuidade; iii) o da oportunidade; iv) o do registro pelo valor original; vi) o da competência; e vii) o da prudência.

Sobre as Demonstrações Financeiras:

São relatórios organizados, sinteticamente, onde se resumem as informações contábeis de forma metódica, atendendo cada um a uma finalidade específica, evidenciando os fatos patrimoniais e a situação da empresa, elaborados ao final de um determinado período de tempo (VELTER; MISSAGIA, 2009, p. 8).

Sato (2007) aponta as etapas que compreendem as demonstrações contábeis como: Relatório da Administração; Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado de Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos; Notas Explicativas; Parecer do Conselho fiscal; Parecer dos Auditores Independentes; Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.

2.2.4.1 Balanço Patrimonial

Sato (2007, p. 29) menciona que balanço patrimonial - BP "[...] tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial de uma empresa numa determinada data, representando, portanto, uma posição estática". Deste modo, a autora define como características dos componentes do BP os ativos, que abarcam os bens e direitos da empresa, e os passivos, que compreendem as obrigações e o capital investido nesta.

Sobre o papel do BP como uma demonstração importante para a contabilidade das empresas, ludícibus (1998, p. 286) explica que "Uma das principais finalidades da contabilidade é demonstrar periodicamente a situação patrimonial, financeira e de rentabilidade das empresas. Essa demonstração é consubstanciada basicamente no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados".

A importância de comparar ativos e passivos circulantes é conseguir delinear a situação da empresa, neste caso, no que diz respeito aos recursos que possui e as obrigações que tem a cumprir. Neste caso, se o passivo circulante se apresentar maior do que o ativo, a empresa se encontrará em dificuldades para cumprir tais obrigações, porém, se a situação for inversa, a situação é favorável à organização.

Segundo Sato (2007, p. 29) explica "As contas do ativo representam aplicações ou usos de fontes, enquanto as contas do passivo e do patrimônio líquido representam as origens ou fontes de fundo".

O levantamento do BP deve ser elaborado pelas empresas e/ou sociedades empresárias, ao menos anualmente, embora seu levantamento mensal facilite a análise de variações ocorridas durante o período. A legislação prevê através do disposto artigo 1.179, constante no Código Civil, que o BP anual deve ser divulgado pelas empresas juntamente à Demonstração de Resultado de Exercício - DRE.

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. § 10 Salvo o disposto no art. 1.180, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados. § 20 É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970.

Portanto, o Balanço Patrimonial consiste na demonstração geral da situação da empresa frente a seus recursos e obrigações a cumprir, sendo assim, pode ser considerada uma compilação das informações sobre operações e registros contábeis que foram obtidos no decorrer do período.

2.2.4.2 Demonstrações de Resultados

Sá (2005, p. 91) define que este tipo de demonstração compreende o "[...] período em que se verificam fatos contábeis, geralmente coincidindo com o ano astronômico; tempo em que se inicia, desenvolve e conclui a ação da administração patrimonial". Nesse aspecto, a finalidade da Demonstração de Resultados - DR é avaliar o resultado líquido obtido pela empresa frente às receitas, custos e despesas.

As análises são feitas anualmente para divulgação ou trimestralmente para fins fiscais, porém, como estabelece a síntese da situação financeiro-econômica dos resultados de operação da empresa no período

correspondente, algumas organizações optam por realizar este levantamento mensalmente, a fim de manter um controle maior sobre estes dados.

Como define a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC a DR representa "[...] a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da Entidade". Ainda de acordo com a norma: "A demonstração do resultado, observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas".

Para o processo de cálculo das DR projetadas, Gitman (2004) explica que é preciso aplicar um método de porcentagens de vendas, tal método geralmente parte da premissa de uma previsão de vendas a fim de expressar distintos itens da demonstração do resultado sob uma forma percentual de vendas projetadas, utilizando como porcentagens as proporções que foram notadas no ano imediatamente anterior.

Para os interessados na empresa é importante relatar as contas de lucros ou prejuízos acumulados, por este motivo faz-se a obrigatoriedade desta informação constante desde o saldo inicial até o final, descrevendo brevemente as operações que ocorreram no período vigente e anterior. Sato (2007, p. 29) aponta que: "A DLPA tem por objetivo demonstrar a movimentação da conta lucros ou prejuízos acumulados, revelando os eventos que influenciaram a modificação do seu saldo".

De acordo com Marion (2000) a Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado - DLPA é de elaboração facultativa, embora auxilie na Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido - DMPL, porém, os dados da segunda por si só devem ser suficientes, em vista que esta traz informações mais detalhas e suas análises são mais abrangentes.

2.2.4.3 Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido

Trata-se da demonstração completa que apresenta a movimentação de todas as contas pertencentes ao patrimônio líquido, incluindo as informações

sobre formação e utilização das reservas não oriundas dos lucros. De acordo com a NBC, as discriminações feitas nesta demonstração são:

- a) os saldos no início do período;
- b) os ajustes de exercícios anteriores;
- c) as reversões e transferências de reservas e lucros;
- d) os aumentos de capital discriminando sua natureza;
- e) a redução de capital;
- f) as destinações do lucro líquido do período;
- g) as reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
- h) o resultado líquido do período;
- i) as compensações de prejuízos;
- i) os lucros distribuídos;
- I) os saldos no final do período.

Em suma, a DMPL tem a finalidade de demonstrar as movimentações que foram feitas nas contas do patrimônio líquido, distinguindo fluxos entre uma e outra conta e especificando acréscimos feitos ao PL. Embora a DMPL seja uma demonstração mais abrangente, para que seja realizada é necessário integrar as informações colhidas através da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA.

2.2.4.4 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

Para os interessados na empresa é importante relatar as contas de lucros ou prejuízos acumulados, por este motivo faz-se a obrigatoriedade desta informação constante desde o saldo inicial até o final, descrevendo brevemente as operações que ocorreram no período vigente e anterior. Sato (2007, p. 29) aponta que: "A DLPA tem por objetivo demonstrar a movimentação da conta lucros ou prejuízos acumulados, revelando os eventos que influenciaram a modificação do seu saldo".

De acordo com Marion (2000) a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA é de elaboração facultativa, embora auxilie na DMPL, porém, os dados da segunda por si só devem ser suficientes, em vista que esta traz informações mais detalhas e suas análises são mais abrangentes.

2.2.4.5 Demonstrações das Origens e Aplicações dos Recursos

A Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos - DOAR permite que sejam solucionadas situações prioritárias, ou seja, que sejam cumpridas as obrigações circulantes que a organização possui, uma vez que permite que as situações de curto prazo sejam avaliadas através da evidenciação das variações que sofreu o capital circulante líquido durante o período.

A DOAR é um instrumento para o analista. mostra a movimentação dos recursos em termos de variação do capital circulante líquido, detalhando as diversas fontes e aplicações de recursos que o afetaram. Através dessa demonstração, o analista pode saber se a empresa gerou recursos em suas operações, se imobilizou recursos no período, se obteve novas fontes de financiamento a longo prazo e se os acionistas fizeram novas apostas de capital (PEREIRA, 1999, p. 143).

Até dezembro de 2007 apresentar a DOAR era obrigatório para as companhias que apresentam valor cima de R\$ 1.000.000 na data do Balanço Patrimonial, porém, após a promulgação da Lei nº 11.638, datada de 2007, a DOAR foi substituída pela apresentação do Fluxo de Caixa - FC.

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

i - balanço patrimonial;

ii - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

iii - demonstração do resultado do exercício; e

iv – demonstração dos fluxos de caixa; e (redação dada pela lei nº 11.638,de 2007)

v – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (incluído pela lei nº 11.638, de 2007).

A DOAR indicará as modificações na posição financeira da empresa, discriminando: as origens e as aplicações de recursos. Neste sentido, as origens de recursos podem ser reapresentadas pelos aumentos no capital circulante líquido; e as aplicações de recursos pela redução do capital circulante líquido entre o início e o término de determinado período.

2.2.4.6 Demonstrações de Fluxos de Caixa

Diversos autores, tais como ludícibus e Marion (2003); Ross (2000) corroboram quando afirmam que o fluxo de caixa é geralmente entendido como a quantidade total de dinheiro que é gerado e recebido por uma empresa, juntamente com a quantidade de dinheiro que é usado para as despesas da organização.

Ross (2000, p. 63) vai mais além e ressalta que o fluxo de caixa "[...] talvez seja um dos mais importantes tópicos a respeito de informações que podem ser extraídas de demonstrações financeiras". Um fluxo de caixa pode ser associado com o funcionamento geral da empresa ou com um determinado componente ou projeto da corporação.

Zdanowicz (1998) por sua vez, explica que a ideia por trás dos recebimentos dos fundos de manejo, bem como o pagamento das despesas, auxilia de modo que a empresa possa reconhecer quando uma despesa incidental se torna recorrente e deve ser adicionada como item de linha e entrar para o orçamento fixo de produção.

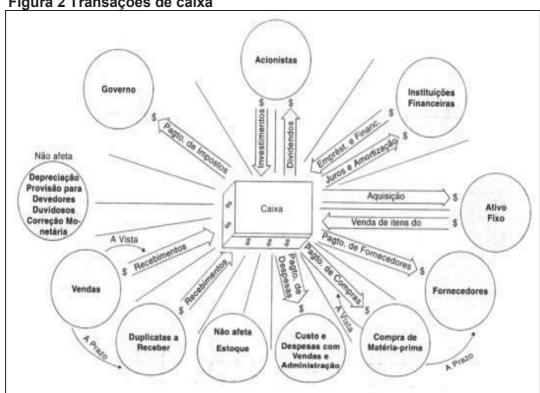
ludícibus e Marion (2003) concordam que um dos objetivos centrais de qualquer tipo de negócio é manter um fluxo de caixa positivo, e que isto ocorre quando o volume de recebimentos em dinheiro suplanta as despesas e obrigações da organização, ou seja, é onde a empresa tira seu lucro.

A produção de rotina do lucro líquido é considerada um indicador básico de saúde financeira das organizações, por este motivo, muitas vezes, as operações de monitoramento podem ajudar a identificar potenciais problemas que ameaçam transformar um fluxo de caixa positivo em negativo antes que isto realmente ocorra, podendo assim elaborar previsões para conter situações adversas.

Sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, Sato (2007) caracteriza este tipo de demonstração como capaz de oferecer uma visão da empresa acerca da possibilidade de gerar caixa para cumprir com suas obrigações e lucros e dividendos com acionistas e cotistas, bem como verificar a necessidade de realizar financiamentos.

A DFC é a demonstração de maior importância para auxiliar gestores na tomada de decisão, uma vez que informa quantias em dinheiro que entraram ou saíram do caixa da empresa. Marion (1998) ilustra o esquema da demonstração de fluxo de caixa, ressaltando a importância do conteúdo de suas informações para a tomada de decisões na empresa:

Figura 2 Transações de caixa



Fonte: Marion, 1998, p. 284.

Sobre os objetivos da demonstração Sato (2007, p. 30) coloca que: "Esta demonstração tem por objetivo prover informações relevantes para a empresa sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, ocorridos durante um determinado período".

Se apresentadas reunidas às demais informações financeiras, as análises constantes na DFC têm condições de servir como embasamento para administradores, além de investidores e credores, analisar a disposição da empresa para gerar fluxos líquidos positivos, cumprir suas obrigações, realizar pagamento de dividendos, podendo assim recuperar crédito, entre outras atividades. Bem como traçar um comparativo entre demonstrações anteriores de fluxo de caixa e verificar se houve evoluções, mudanças, alterações, etc.

2.2.4.7 Demonstração do Valor Adicionado

Nesta demonstração calcula-se o valor adicionado através da diferença das receitas de vendas e bens e serviços adquiridos de terceiros. A Demonstração do Valor Adicionado - DVA foi implantada pela Lei nº 11.628/07 e considera-se que através dela é possível analisar inclusive a posição macroeconômica que a empresa representa no mercado em que atua.

A DVA mostra a geração de valor e sua distribuição, para pagamento de insumos, para pagamento de salários aos empregados, impostos ao governo, dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas e reinvestimentos na empresa. a dva apresenta ainda, a efetiva contribuição da empresa dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza da economia na qual está inserida (SATO, 2007, p. 30).

O valor adicionado de uma empresa terá também o significado de toda a remuneração dos esforços aplicados na atividade da empresa. E, a Contabilidade utiliza essa demonstração, de forma ampla, para identificar e divulgar quanto à atividade da empresa gera de recursos adicionais para a economia local.

2.2.5 Análise de Balanço

Assaf Neto (2001) explica que com as informações obtidas após a análise das demonstrações financeiras é possível tirar diversas conclusões sobre a situação econômica e financeira da empresa, através destes resultados é possível verificar se é vantajoso investir em ações desta organização, se sua disponibilidade de pagamentos (liquidez) encontra-se em equilíbrio ou em situação de insolvência, se as atividades operacionais são suficientes para suprir as expectativas de capital que os empresários possuem, e ainda são capazes de obter relevância em processos de tomada de decisões.

Para que os gestores adotem ações e métodos mais eficazes de gestão e que sejam eficientes para o andamento da empresa, Longenecker (et. al.

1997) apontam que é necessário que estes compreendam completamente o processo de análise contábil, bem como os demonstrativos financeiros.

A análise por meio de índices é usada para comparar o desempenho operacional e financeiro e a situação de uma empresa para com outras ou consigo mesma ao longo do tempo. A informação contida nas demonstrações é de maior importância para os acionistas, credores e administradores, os quais normalmente precisam dispor de medidas relativas da eficiência operacional e da situação da empresa. A análise por meio de índices envolve os métodos de cálculo e a interpretação dos índices financeiros para avaliar o desempenho e a situação da empresa. Os insumos básicos para a análise baseada em índices são a demonstração do resultado e o balanço patrimonial da empresa, referentes aos períodos a serem examinados. (GITMAN, 2002 P.102).

Desse modo, pode-se dizer que a análise econômico-financeira utiliza-se de alguns instrumentos para decompor, comparar e interpretar as demonstrações contábeis da empresa, a fim de tomar conhecimento sobre seu desempenho e evolução, bem como avaliar a propensão da organização para alcançar objetivos e metas futuras. A análise, portanto, é composta por três componentes essenciais que são: análise horizontal, análise vertical e indicadores econômico-financeiros¹.

Como será possível analisar de maneira mais detalhada posteriormente neste trabalho, à análise horizontal constitui um processo no qual se pode avaliar a evolução que a empresa teve dentro de um determinado período acerca dos aspectos abarcados pelas demonstrações contábeis. Seu principal objetivo é o de calcular os elementos que possuíram uma ou mais variações durante este período de estudo, visando ainda à avaliação sobre o crescimento e se este foi real. Como exemplo pode-se apontar as vendas de uma empresa e verificar seu crescimento percentual comparada ao mesmo período do ano anterior.

Nas palavras de Reis (2003, p. 110) "[...] a análise vertical procura obter o valor percentual de cada verba, ou cada grupo de verbas, em relação ao valor global do demonstrativo, ou, ainda, de cada verba em relação ao total do seu respectivo grupo".

-

¹ Os indicadores econômico-financeiros estão apresentados nesta seção, a partir do item 2.2.

O conceito de análise vertical será demonstrado de maneira mais aprofundada posteriormente, porém, para traçar um breve panorama sobre os componentes da análise, Perez Junior e Begalli (1999, p. 195) descrevem que: "[...] a análise vertical das contas das demonstrações contábeis mostra sua composição percentual e a participação de cada conta a um valor adotado como data base (100%). [...] é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo".

A última das análises é feita com base nos índices econômicofinanceiros, tendo como principal finalidade o conhecimento relativo da situação econômico-financeira da organização, bem como servir como suporte para os processos de tomada de decisão. Matarazzo (2003, p. 147) se refere ao índice como "[...] a relação entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica financeira de uma empresa".

Marion (2002, p. 24) determina a fórmula utilizada para realizar o cálculo do índice como: "Índice = Contas a Receber/Contas a Pagar". Ou seja, esta análise é feita através de índices e seus resultados são obtidos com a comparação realizada entre elementos das demonstrações contábeis. A principal finalidade desta análise é apresentar o cenário da saúde econômica e financeira da organização.

Matarazzo (2003) aponta três métodos para realizar a análise dos índices:

- Avaliação intrínseca este tipo de avaliação é feita quando o técnico não tem disponibilidade para utilizar-se de um índice padrão, portanto, é feita uma análise sobre um grupo de empresas;
- Comparação sobre vários exercícios trata-se de realizar um comparativo entre os índices atuais da organização e os passados, demonstrando tendências e operações seguidas e aplicadas pela empresa:
- Comparação com índices externos ou seja, com índices apresentados por outras empresas. os índices padrão são utilizados para avaliar um índice e classificá-lo de acordo com sua evolução, analisando se esta foi péssima, razoável, satisfatória, boa ou ótima.

A análise dos índices é a mais utilizada pelas empresas a fim de reduzir a tomada de decisões sem embasamento ou por impulso, substituindo-as por técnicas precisas que embasam tais decisões. A quantidade de índices

apresentada em uma análise não necessita ser grandiosa, na verdade este número variará de acordo com a profundidade que se pretende imputar na análise.

2.2.5.1 Análise Horizontal

A análise horizontal traça um comparativo entre a evolução da empresa no período atual e o período anterior. Matarazzo (2003, p. 250) aponta como finalidade deste tipo de análise é "[...] mostrar a evolução de cada conta das demonstrações contábeis e, pela comparação entre si, permitir tirar conclusões sobre a evolução da empresa".

ludícibus (1998, p. 90) complementa dizendo que "[...] a finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento dos itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultados (bem como de outros demonstrativos) através dos períodos, a fim de caracterizar tendências".

Ainda tratando da conceituação do termo, Assaf Neto (2002, p. 100) opina que "[...] a análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvimento por meio de números-índices [...]".

Sobre o comparativo que a análise realiza entre o período atual e períodos anteriores, Reis (2003, p. 110) discorre que: "O método da análise horizontal compara, em forma percentual, o valor de determinada verba ou determinado grupo de verbas em relação ao(s) ano(s) anterior(es)". Sobre esta perspectiva conclui-se que a função deste método de análise é oferecer uma visão sobre a evolução da empresa de acordo com suas demonstrações contábeis, realizada em períodos determinados.

A análise horizontal faz um estudo evolutivo acerca das contas patrimoniais ou dos resultados, comparados a um determinado período. Neste ponto é importante ressaltar que para realizar tal tipo de avaliação é preciso, primeiramente, construir uma data-base, ou seja, um período eleito por analistas onde a empresa tenha apresentado evolução satisfatória.

A título de exemplo, vê-se na Tabela 1 a escolha de data-base para a análise horizontal - AH de uma dada empresa.

Tabela 1 Escolha de data-base para análise horizontal

Contas	Ano 20X1 em R\$	Ano 20X2 em R\$
Mercadorias em estoque	584.000	845.000
Duplicatas a receber	415.000	573.500

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Os valores apresentado na coluna 20X1 são associados ao índice 100. Sendo assim, tem-se que:

Mercadorias em estoque:

584.000 ----- 100 845.000 ----- x x = (845.000 x 100)/584.000 = 145

Duplicatas a receber:

415.000 ----- 100 573.500 ----- x x = (573.500 x 100)/415.000 = 138

Portanto, subtrai-se o índice encontrado por 100, que corresponde à data-base, para encontrar o valor da taxa percentual da variação do período dado, da seguinte forma:

Mercadorias em estoque = 145 - 100 = 45%Duplicatas a receber = 138 - 100 = 38%

Pode-se optar também por realizar o cálculo da variação absoluta, sendo que através deste será possível determinar o crescimento da conta:

Crescimento das mercadorias em estoque:

20X2 845.000 20X1 <u>584.000</u>

261.000 => variação absoluta

584.000 ----- 100% 261.000 ----- x x = (261.000 x 100)/415.000 = 38%

A fim de ilustrar a análise horizontal, na Tabela 2 verificam-se os dados exemplificados em uma demonstração de resultado fictício:

Tabela 2 Demonstração do Resultado

CONTAS	31.12.X1		31.12.X2		31.12.X3	
	VALOR (R\$)	АН	VALOR (R\$)	АН	VALOR (R\$)	АН
VENDAS LÍQUIDAS	4.793.123	100	4.425.866	92,3	5.851.586	122
Custo das Vendas	3.621.530	100	3.273.530	90,4	4.218.671	116,5
LUCRO BRUTO	1.171.593	100	1.152.336	98,4	1.632.915	139,4
Despesas Operacionais	495.993	100	427.225	86,1	498.025	100,4
Outros resultados Operacionais	8.394	100	17.581	209,4	27.777	330,9
LUCRO OPERACIONAL	683.994	100	742.692	108,5	1.162.667	170
Receitas Financeiras	10.860	100	7.562	69,6	5.935	54,6
Despesas Financeiras	284.308	100	442.816	155,7	863.298	303,6
Resultado Não-operacional	1.058	100	-	-	-	-
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E DO IMPORTO DE RENDA	411.604	100	307.438	74,7	305.304	74,2
Contribuição Social	37.044	100	27.669	74,7	27.477	74,2
Imposto de Renda	102.901	100	76.859	74,7	76.326	74,2
LUCRO LÍQUIDO	271.659	100	202.910	74,7	201.501	74,2

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Observa-se que as vendas líquidas sofreram queda de 7,7% em X2 e tiveram aumento de 22% em X3. Ao passo que o custo teve baixa de 9,6% em X2 e aumento de 16,5% em X3. Acordando com tais variações o lucro bruto apresentou queda de 1,6% em X2 e alta de 39,4% em X3.

Verifica-se também que as despesas operacionais tiveram redução de 13,9% em X2 e não apresentaram variação significativa em X3. Sobre este aspecto é importante frisar que quando as despesas operacionais caem mesmo quando o faturamento continua subindo é benéfico para a empresa, uma vez que seus gastos diminuem embora seus lucros continuem aumentando. As vendas tiveram queda de apenas 7,7%, enquanto as despesas diminuíram em 13,9%.

Os demais resultados apresentados variaram de maneira positiva e relevante para a organização, descritos como outros resultados operacionais apresentaram crescimento de 109,4% em X2, para 230,9% em X3. Neste caso, quando a empresa apresenta este tipo de resultado é importante atentar para o que pode ser uma nova fonte de renda, que pode vir a ser até mesmo mais lucrativa do que sua atividade corriqueira.

O que se destaca foram os aumentos que sofreram as receitas financeiras de 30,4% em X2 para 45,4% em X3, e as despesas de 55,7% em X2 para altíssimos 203,6% em X3. Este aumento exorbitante pode ter ocorrido por conta de variações cambiais negativas entre X2 e X3, quando a empresa se depara com este tipo de cenário, tal situação pode ser evitada ou minimizada adotando uma política que visa à trava de câmbio.

Neste cenário os impostos não sofrem alterações, já que são taxas fixas com um percentual pré-determinado aos resultados, portanto, não influenciando no valor do lucro líquido. Ainda que as vendas tenham apresentado um incremento e as despesas tenham sido administradas de maneira mais organizada, o lucro apresentou baixa, portanto, os resultados neste caso podem ser imputados ao resultado financeiro. Enquanto os resultados operacionais ocorreram de maneira eventual, não se repetindo posteriormente durante os períodos.

2.2.5.2 Análise Vertical

A função da análise vertical é traçar um demonstrativo sobre as verbas da empresa e apresentar sua evolução. Neste sentido, Matarazzo (2003, p. 249) discorre a respeito deste método de análise ao traçar como finalidade

principal "[...] mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitindo inferir se há itens fora das proporções normais".

Entende-se, portanto, que este método de análise está norteado por valores percentuais apresentados através das demonstrações contábeis, onde o cálculo é realizado utilizando-se do percentual de cada conta e relacionando este com um valor base. A análise vertical - AV, em suma de sua razão de ser, avalia a participação dos itens em separado e sua composição no todo, de acordo com o período determinado.

O cálculo utilizado parte do parâmetro dos 100% (cem por cento) para analisar os elementos que compõem o total. Sendo que todos os valores se traduzem em relações de percentual sobre o valor total. Esta técnica de análise realiza a mensuração sobre a proporção de cada conta para posteriormente relacioná-la com o total, enxergando o cenário geral sobre a evolução que atravessa esta relação. Neste ponto faz-se necessário ressaltar que os percentuais apresentados pela análise vertical devem ser integrados aos da análise horizontal e aos índices.

Através desta ótica nota-se que a análise vertical tem o objetivo de fornecer ao analista, informações sobre as partes que compõem o todo, e as proporções que cada parte representa neste todo, que por sua vez forma um grupo contábil. Para compreender melhor a AV foi feita uma exemplificação de análise deste modelo em uma demonstração de resultado fictícia.

Portanto, verifica-se a participação de cada conta de resultado relacionada às vendas do período, sendo que neste caso as vendas líquidas representam os 100%.

A Tabela 3 mostra dados da AV em Demonstração de Resultado, de uma empresa fictícia.

Tabela 3 Análise vertical em demonstração de resultado

CONTAS	31.12.X1		31.12.X2		31.12.X3	
CONTAS	VALOR	AV	VALOR	AV	VALOR	AV
VENDAS LÍQUIDAS	4.793.123	100,0	4.425.866	100,0	5.851.586	100,0
Custo das Vendas	3.621.530	75,6	3.273.530	74,0	4.218.671	72,1
LUCRO BRUTO	1.171.593	24,4	1.152.336	26,0	1.632.915	27,9
Despesas Operacionais	495.993	10,3	427.225	9,6	498.025	8,5
Outros resultados Operacionais	8.394	0,1	17.581	0,4	27.777	0,5
LUCRO OPERACIONAL	683.994	14,2	742.692	16,8	1.162.667	19,9
Receitas Financeiras	10.860	0,2	7.562	0,1	5.935	0,1
Despesas Financeiras	284.308	5,9	442.816	10,0	863.298	14,7
Resultado Não-operacional	1.058	0,1	-	-	-	-
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E DO IMPORTO DE RENDA	411.604	8,6	307.438	6,9	305.304	5,3
Contribuição Social	37.044	0,8	27.669	0,6	27.477	0,5
Imposto de Renda	102.901	2,2	76.859	1,7	76.326	1,30
LUCRO LÍQUIDO	271.659	5,6	202.910	4,6	201.501	3,5

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Verifica-se que para apurar os percentuais correspondentes à análise vertical leva-se em conta:

Custo das vendas no ano de X1.

4.793.123 ----- 100% 3.621.530 ----- x

 $4.793.123x = 3.621.530 \times 100$ x = 3.621.530/4.793.123

 $x = 0.7556 \times 100$

x = 75,56%

Observa-se que os custos sofreram redução de 75,6% em X1, apresentando 72,1% em X3, resultados não tão contrastantes. Nota-se também

que a redução dos custos possibilitou a alta do lucro bruto, ao passo que as despesas operacionais também sofreram baixa junto aos custos, enquanto o lucro operacional apresentou alta.

As despesas passaram de 5,9% em X1, para 14,7% em X3, apresentando alta acentuada, consequentemente reduzindo o lucro que baixou de 8,6% para 5,3%. A título de observação, pode-se lembrar de que os valores percentuais podem ser arredondados, deixando apenas um número após a vírgula e a conta para os demais itens é a mesma utilizada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção, são apresentados os aspectos metodológicos do trabalho, com a finalidade de apresentar todos os procedimentos adotados e utilizados nesta pesquisa.

3.1 Quanto ao método

Nesta pesquisa utilizou-se o proposto por Husserl (1990), quanto ao uso do método fenomenológico. Trata-se de uma metodologia que não se enquadra nem como dedutiva e nem como indutiva, de modo que suas atribuições consistem na descrição direta da experiência do modo como ela é. Assim sendo, a realidade se constrói de maneira social e passível de entendimento e interpretação de cada indivíduo, ao passo que nunca será única, existindo tantas realidades possíveis, quanto possíveis forem suas interpretações.

Marconi e Lakatos (1996, p. 15) definem que "Pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos [...]". Para os autores, a pesquisa não se identifica apenas como um processo de investigação, ou um modelo simplório de inquirição, sua finalidade é possuir uma compreensão mais profunda sobre o tema levantado e sobre a questão que direciona a pesquisa.

Para Gil (1999, p. 26) pode-se definir método como o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo. Neste sentido, método científico representa um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para se buscar o conhecimento, através do uso de uma metodologia que abrange a classificação da pesquisa, o sistema de coleta de dados e o plano de análise.

3.2 Quanto aos objetivos

Esta pesquisa é delineada como exploratório-descritiva. É exploratória por proporcionar uma investigação sobre um tema específico, sem a finalidade de confirmar hipóteses, mas se propõe a realizar um levantamento bibliográfico

sobre o tema proposto e a sua contribuição para a gestão empresarial como um todo.

Gil (2002) afirma que a pesquisa pode ser classificada de acordo com seus objetivos, sejam exploratórios: descobrir, explorar, procurar (pesquisa exploratória), assim como, descritivos: descrever, proporcionar, delinear (pesquisa descritiva), ou ainda, explicativos: explicar, elucidar, ilustrar (pesquisa explicativa). Para Medeiros (2008) a pesquisa descritiva tem como intuito descrever as características de um determinado fenômeno, exacerbando principalmente as suas dimensões e fatores.

3.3 Quanto à abordagem do problema

Classifica-se como qualitativa, pois permite que o pesquisador levante dados subjetivos, que leve em conta a ideia de processo, de visão sistêmica, de significações e de contexto cultural. Do ponto de vista de Medeiros (2008) trata-se de uma abordagem que se propõe a compreender e interpretar os fenômenos e processos dinâmicos nos grupos e/ou nas organizações sociais. Neste sentido, buscou-se levantar todas as informações teóricas a fim de se chegar à conclusão.

3.4 Quanto aos procedimentos

A pesquisa foi desenvolvida através de um estudo bibliográfico. Rodrigues (2007, p. 42) observa que a investigação bibliográfica dispensa "[...] a busca de fontes primarias, pelo o que afasta a preocupação com a escolha de informantes e a elaboração de instrumentos de coleta de informações como entrevista e questionário".

Os meios bibliográficos utilizados como fonte de pesquisa foram revistas, livros, periódicos de publicação *online* e *sites* na área de contabilidade. Quanto aos procedimentos trata-se ainda de uma pesquisa do tipo documental, que segundo Fachin (2001) consiste na coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda espécie de informações.

Os dados foram coletados de forma primaria através de uma abordagem qualitativa; e de forma secundaria, quando os artigos selecionados foram extraídos de fonte como uma sociedade científica. Quanto a analisar os periódicos, livros, revistas e sites, adotou-se uma abordagem quantitativa. (RODRIGUES, 2007; RICHARDSON, 2008).

3.5 Quanto à amostra e limitações

A seleção da amostra é intencional e não-probabilística, para Costa Neto (1977 apud OLIVEIRA; ALMEIDA; BARBOSA, 2012) nas amostras intencionais enquadram-se variados elementos em que o pesquisador deliberadamente escolhe certos quesitos para pertencer a amostra, por julgar tais escolhas representativas ou representativos da população.

Neste aspecto essas informações, não são generalizáveis para a totalidade da população, de modo que esta pesquisa se baseia na premissa de que as publicações relacionadas ao tema em discussão têm contribuído para a quantificação da produção científica.

Há que se levar em conta, dadas as limitações desta pesquisa, não se permite a generalização dos resultados por se tratar de uma amostra não-probabilística. Assim como por haver sido feito levantamento bibliográfico e documental apenas em artigos científicos publicados nacionalmente.

A delimitação de tempo, 2012 á 2014, parte da premissa de que as publicações presentes nessa amostragem possibilita mapear o campo de estudo, considerando as pesquisas mais recentes e atualizadas sobre o assunto.

4 CONCLUSÃO

A atual necessidade e demanda do mercado tem despertado às empresas para a necessidade de planejamento, controle e acompanhamento, especialmente no que diz respeito às operações financeiras. Para auxiliar em tais ações, a análise econômico-financeira surge como uma ferramenta fundamental para se responsabilizar por este processo, pois, uma empresa que possui um departamento de controle financeiro que funcione de maneira eficiente terá plena certeza de direcionar seus negócios para o rumo certo, além de realizar suas operações e investimentos com maior segurança e altos índices de retorno.

Manter informações precisas sobre suas movimentações financeiras é crucial para que as empresas se mantenham competitivas, especialmente frente a um cenário econômico que apresenta constantes mudanças e oscilações. A análise, quando feita da maneira correta e utilizada como fonte de informações, é um instrumento importante para dar suporte aos empresários acerca da tomada de decisões.

Perante este cenário, as empresas encontram dificuldades de adaptação e implantação de novos quadros, o que afeta de forma direta seu desempenho e debilita seu planejamento estratégico. Nesse momento, faz-se necessário a criação de outros métodos, novos conceitos para implementar às estratégias já existentes e a concepção de novas bases de atividades.

Com a quantidade de demanda do mercado, naturalmente surgem empresas concorrentes, fazendo todo o possível para tornar seus produtos/serviços, valores e atendimento mais exclusivos e atrativos aos consumidores. Por este motivo a necessidade de uma boa gestão em uma organização é iminente, todos os setores administrativos devem se alinhar para elaborar os melhores caminhos para atingir as metas e tornar sua companhia mais competitiva.

Sendo assim, conclui-se o presente trabalho acreditando-se que tanto objetivos gerais quanto específicos foram alcançados, assim como a hipótese de pesquisa foi corroborada e a problemática de pesquisa respondida. Contudo, não havia intenção de esgotamento do assunto, mas sim do fomento de conhecimento para possíveis aprofundamentos posteriores.

Deste modo, como sugestão para futuros trabalhos, é possível transportar este estudo para campo, empreendendo uma análise sobre os balanços de um grupo empresarial pré-estabelecido, podendo assim tomar um conhecimento mais profundo acerca do tema e dos dados, e de fato corroborar, ou não, com a prática o que foi apresentado pela teoria.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro comércio e serviços, industriais, bancos comerciais e múltiplos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Mercado Financeiro. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Finanças Corporativas e Valor**. 3 ed., São Paulo: Editora Atlas, 2008.

AZEVEDO, C. M.; RODRIGUES, M. C.; GONÇALVES, M. C.; FERREIRA, R. L. G. S.; PENA, H. W. A. Os índices econômico-financeiros como instrumento de análise financeira das demonstrações contábeis da empresa Petrobrás, Brasil. 201?.

BRAGA, H. R. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução 750 de 29 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC). (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10). Disponível em: < www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES 750.doc>. Acesso em: 28 nov. 2015.

CORREA, C. T. C.; OLIVEIRA, M. N. C. **Análise econômico-financeira da empresa AMBEV.** Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Faculdade de Ciências Contábeis. Pará, 2009.

FERREIRA, R. J. **Contabilidade Básica.** 4 ed. Editora Ferreira. Rio de Janeiro, 2007.

FLEURIET, M. **A dinâmica financeira das empresas brasileiras**. 7 ed. São Paulo: Campus, 2003.

FRANCO, H. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. São Paulo: Saraiva, 2001.

GIL, A. L. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas GIL 1999 e GIL 2002

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. Tradução de Jean Jacques Salim e João Carlos Douat. 7 ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira - essencial. Tradução Jorge Ritter, 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Princípios de administração financeira. 7. ed. São Paulo: Harbra,2002. . **Princípios de administração financeira**. 10 ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004. HOJI, M. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orcamento empresarial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010. HUSSERL, E. A Idéia da Fenomenologia. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990. IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 2007. JÚNIOR, J. H. P., BEGALLI, G. A. Elaboração das Demonstrações Contábeis. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002. JUNIOR, J.; BEGALLI, G. Elaboração e análise das demonstrações contábeis. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009. LANA, R. F. Análise econômica financeira: um estudo de caso da empresa Companhia Siderúrgica Pitangui S/A. Monografia apresentada na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Curso de Ciências Contábeis. Belo Horizonte, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996. LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. Administração de pequenas empresas: ênfase na gerência empresarial. São Paulo: Makron Books, 1997. MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1998. . Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2006.

. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 2

. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 2

ed. São Paulo: Atlas. 2000.

ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Análise Financeira de Balanço**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 10. ed. São Paulo. Atlas, 2008

OLIVEIRA, K. D.; ALMEIDA, K. L.; BARBOSA, T. L. **Amostragens probabilística e não probabilística:** técnicas e aplicações na determinação de amostras. Programa de Pós-Graduação, UFES, 2012.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREZ JUNIOR, J. H.; BEGALLI, G. A. Elaboração das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 10 ed. São Paulo. Atlas, 2008.

PEREIRA, I. R. **A Tributação na História do Brasil.** São Paulo: Moderna, 1999.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — CASA CIVIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2.007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1.976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm Acesso em: 29 de jun. 2015.

RIBEIRO, M. O.; BOLIGON, J. A. R. Análise por meio de índices financeiros e econômicos: um estudo de caso em uma empresa de médio porte. **Disciplinarum Scientia. Ciências Sociais Aplicadas**, S. Maria, v. 5, n. 1, p. 15-34, 2009.

REIS, A. **Demonstrações Contábeis:** estrutura e análise. São Paulo: Saraiva, 2003.

REIS, A. **Demonstrações contábeis:** estrutura e análise. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROSS, S. A. **Princípios de Administração Financeira.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RODRIGUES, R. M. **Pesquisa acadêmica:** Como facilitar o processo de preparação de suas etapas, São Paulo, Atlas, 2007.

- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** Métodos e Técnicas. 3 ed. São Paulo. Atlas. 2008.
- SÁ, A. L. **Dicionário de Contabilidade**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- SATO, S. S. **Análise econômico-financeira setorial:** estudo da relação entre liquidez e rentabilidade sob a ótica do modelo dinâmico. São Carlos, 2007. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-05032008-110440/publico/DissertacaoSoniaSanae.pdf. Acesso em: 11 jun. 2015.
- SILVA, J. P. Análise Financeira das Empresas. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SILVA, A. D. **Análise das demonstrações financeiras da Intelbras.** Trabalho de conclusão de curso Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação da UNIVALI em São José. Itajaí, 2005
- SILVA, J. P. Análise Financeira das Empresas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, A. A. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. 2 ed. São Paulo: Atlas 2010.
- SOUZA, S. V.; MOREIRA, H. L. **Liquidez. A saúde financeira das empresas.** Trabalho apresentado para Avaliação do CEF da disciplina Análise dos Demonstrativos Contábeis II, do Curso de Ciências Contábeis da UFPA, cursado no 1º Semestre de 2003.
- VALTER, M. A.; BRAGA H. R. **Demonstrações Financeiras:** Um Enfoque Gerencial. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.
- VIERA, L. A. **Análise econômico-financeira da empresa MV Molduras.** Trabalho de conclusão de curso Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, 2011.
- VELTER, F.; MISSAGIA, L. R. **Manual de contabilidade:** teoria e questões. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- ZDANOWICZ, J. E. **Planejamento Financeiro e Orçamento.** 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.
- ZORRINHO, C. Gestão da Informação condição para vencer. lapmei, 1995.